

Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930: protagonistas ou coadjuvantes

Marília D. Klaumann Cánovas
Universidade de S. Paulo, SP

R E S U M O

No presente artigo pretendemos recuperar aspectos relacionados ao fenômeno da emigração em massa ocorrido entre o fim das guerras napoleônicas e a depressão mundial de 1930, focalizando especialmente a corrente emigratória originária da Espanha, – país que contribuiu com o terceiro maior contingente para o Brasil no período –, e cujo destino prioritário eram as fazendas de café que rasgavam o Oeste Paulista, para onde se encaminhavam constituídos em famílias, requisito para a concessão do subsídio à passagem por parte do Governo do Estado de São Paulo.

Nesse intento, buscamos reconstruir o processo de formação e evolução da localidade de Villa Novaes, cujas origens vincularam-se às grandes transformações introduzidas pelo avanço da agricultura cafeeira na região e à presença, sempre progressiva, de contingentes imigratórios de origem espanhola, com cujos remanescentes tivemos o privilégio de partilhar narrativas inspiradas na experiência singular a que se tinham submetido.

Essa abordagem, justificada sobretudo pela especificidade do tema, consistindo na operação de alinhar os pontos de contato entre as fontes oficiais e os depoimentos orais, permitiu o exame de aspectos pouco investigados por nossa historiografia, relacionados ao caráter peculiar do imigrante espanhol no Brasil e especialmente em São Paulo, no período em pauta.

Palavras-chave: Emigração, imigração espanhola, café e emigração.

A B S T R A C T

Our research aims at recovering and investigating the formation and development of a community whose origins are linked to two factors, namely, the considerable changes introduced by the upgrading of the coffee planting techniques in the region later on designated as Araraquarense, and the progressive presence of immigrant contingents of Spanish origin.

As a matter of fact, the analytical reconstruction of the Spanish settlement in that region, Villa Novaes, provided elements for another series of wider formulations, whose fundamental variants derive from these immigrants' native land. We tried to apprehend the multiple dimensions of the phenomenon of mass emigration of Spaniards in its roots, and to investigate the expectations of these immigrants concerning the country they were bound to as a whole, and, more specifically, the aspects revealed by the community in which they settled down, and which is the object of this thesis. Our aim was the one of setting up a referentially integrated and organic view.

With this aim, and considering the double nature of our study – the collective and the individual one – we privileged two types of empirical sources to support our investigation: besides consulting written documents, we tried to open space for the investigation of the experiences of those who had actually lived all that series of past episodes, casting them as protagonists rather than as minor characters within the scenery of History.

The combination of the two aforementioned types of sources aimed at recovering and discussing the particular characteristics of Spanish immigrants in Brazil in the focused period (1880-1930), and at understanding their role within the general context of immigration in Brazilian society.

Key words: immigration, Spanish immigration and coffee planting, mass Spanish emigration.

La emigración española representa uno de los fenómenos más característicos de nuestra historia durante los dos últimos siglos. Es también quizá uno de los que la memoria colectiva sustituye un conocimiento profundo por unas imágenes tópicas: una vieja maleta, apenas sujeta con unas cuerdas, reposando junto a un banco, en el que descansa, con desmayo, una negra figura, en una estación de ferrocarril casi desierta.

Más lejanas, como imágenes de color sepia, unos emigrantes que saludan desde un barco.

Poco más sabemos de nuestros emigrantes; como se fuesen unos recuerdos de los que tuviésemos interés por hacerlos desaparecer de nuestra memoria y, sin embargo, difícilmente puede comprenderse nuestro pasado sin considerar el fenómeno emigratorio...¹.

De pouquíssima visibilidade, o imigrante espanhol que se destinou ao Estado de São Paulo, no período denominado de emigração em massa ², trazia em sua bagagem imaginária as mesmas expectativas e anseios que motivaram a todos aqueles que – provenientes das mais distintas regiões européias, num primeiro momento, mas também da Ásia, logo depois –, se viram impelidos a empreender a odisséia atlântica.

Esse imigrante deixava para trás um país em crise, uma “Espanha invertebrada” ³. A finais do século XIX, a Espanha possuía uma população de 18,5 milhões de pessoas, densidade considerada crítica para um país pobre, com um setor agrário representando 2/3 de sua economia, onde acentuadas contradições internas resultaram em profundos descompassos não apenas entre os diversos setores da sociedade, mas igualmente entre suas diversas regiões.

Coexistiam, de um lado, setores produtivos, agrários e industriais, identificados com uma nascente burguesia, e, de outro, imensas regiões improdutivas, resultado das desapropriações dos latifúndios pertencentes à Igreja Católica – processo a que se denominou de desamortização, no caso, eclesiástica ⁴.

Tais desamortizações estendem-se também às propriedades pertencentes aos municípios – desamortização civil –, calculadas em 5 milhões de hectares e, posteriormente, ocorrem os confiscos das propriedades legitimamente herdadas e denominadas de *manos muertas* ⁵.

Como resultado dessa ingerência oficial, o camponês vê-se progressivamente desalojado do uso das terras comunais ⁶, ao mesmo tempo em que, em decorrência dos leilões a que foram submetidas, assiste-se à transferência de imensas propriedades e bens comunais arrematados por grandes proprietários, num movimento que, no entanto, não logrou trazer qualquer benefício aos lavradores, nem deu lugar ao camponês proprietário, contribuindo tão somente para acirrar o seu alijamento dos tradicionais meios de subsistência.

Ya no había bienes municipales que repartir en pequeños lotes como antaño, las tierras señoriales habían sido completamente privatizadas y la desamortización pusto en manos privadas un número significativo de montes y dehesas de aprovechamiento vecinal y, lo que es peor aún, limitado las posibilidades de las nuevas y más numerosas generaciones de campesinos de acceder a la tierra [...] ⁷.

O que se observa, assim, é a persistência do padrão tradicional concentrador de terra nas mãos dos *terratenientes*, responsável pela estagnação econômica, fato agora agravado pelos recentes arremates de propriedades, e, conseqüentemente, pela extensão dos domínios, onde se praticava uma agricultura extensiva e pouco produtiva.

Quando este tipo de derechos desaparece como consecuencia de la afirmación en el campo de la propiedad privada o estatal, los jornaleros se ven abocados a conseguir a través del mercado los bienes que antes conseguían gratis de la naturaleza [...] y el trabajo asalariado se convierte en la fuente principal de ingresos [...].

Porém,

... el salario no siempre representa el único ingreso ni constituye la única condición reproductiva del grupo doméstico jornalero. La Historia de Andalucía muestra, por ejemplo, las frecuentes migraciones temporeras de jornaleros – a la manzana, a la uva, etc... e incluso a la siega o a la aceituna dentro del mismo perímetro andaluz ; lo frecuente que era el tener pequeñas parcelas en arrendamiento o aparcería; el recurso a la caza (muchas veces furtiva); a la recolección de frutos silvestres o sobrantes, una vez alzadas las cosechas; o a la combinación del trabajo a jornal en el campo con otro tipo de actividad [...]; o la importancia que hasta finales del siglo XIX tuvo para las economías domésticas jornaleras el aprovechamiento de bienes y derechos comunales o las parcelas de propios repartidas anualmente.

... que en la campiña, especialmente está la propiedad bastante fraccionada y que existen además multitud de predios arrendados en pequeñas parcelas [...] en donde son contados los campesinos que viven exclusivamente del salario; casi todos son pequeños propietarios o arrendatarios [...] ⁸.

Como se depreende do exposto, a economia de subsistência do camponês viu-se submetida, em função da aceleração dos processos de apropriação privada, a um crescente processo de mercantilização.

Quase simultaneamente, assistiu-se à crise que afetou o vinhedo andaluz por ocasião do final da década de 70, denominada filoxera ⁹, e que, incidindo sobre as pequenas propriedades, teria provocado a ruína de muitos camponeses, constando que, no litoral andaluz, entre 95 e 100% das superfícies vitivinícolas foram destruídas.

Desta forma, restava ao camponês que, como a grande maioria, não possuísse uma pequena propriedade, e até mesmo ao pequeno proprietário, agora expropriado por impostos e empréstimos, para garantirem a sua sobrevivência, competir em um mercado de trabalho escasso junto aos grandes latifúndios produtivos, oferecendo seus serviços de *jornalero*, muitas vezes aliando a esta função, outras atividades relacionadas ao arrendamento e à parceria ¹⁰.

Há alguns registros e narrativas impagáveis na literatura espanhola de época relatando o triste cotidiano dos *braceros*, que trabalhavam a um jornal de *dos reales y cinco*. Na obra *La Bodega* ¹¹, por exemplo, Blasco Ibañez, expõe uma das maiores feridas nacionais do período: a fome.

Trabajar todo el día bajo el sol ó sufriendo frío, sin más jornal que dos reales y cinco como retribución extraordinaria e inaudita en la época de la siega! Era verdad que el amo daba la comida, pero ¡ que comida para unos cuerpos que de sol á sol [...]

En verano, durante la recolección, les daban un potaje de garbanzos, manjar extraordinario, del que se acordaban todo el año. En los meses restantes, la comida se componía de pan, sólo de pan. Pan seco en la mano y pan en la cazuela, en forma de gazpacho fresco o caliente, como si en el mundo no existiese para los pobres otra cosa que el trigo. Una panilla escasa de aceite [...] servía para diez hombres. Había que añadir unos dientes de ajo y un pellizco de sal ...

Tres comidas hacían al día los braceros, todas de pan: una alimentación de perros. A las ocho de la mañana, cuando llevaban más de dos horas trabajando, llegaba el gazpacho caliente, servido en un lebrillo. Lo guisaban en el cortijo, llevándolo adonde estaban los gañanes [...].

A mediodía era el gazpacho frío, preparado en el mismo campo. Pan también pero nadando en un caldo de vinagre, que casi siempre era vino de la cosecha anterior que se había torcido. Únicamente los zagales y los gañanes, en toda la pujanza de su juventud, le metían cucharada en las mañanas de invierno, engulléndose este refresco,

mientras el vientecillo frío les hería las espaldas. Los hombres maduros, los veteranos del trabajo, con el estómago quebrantado por largos años de esta alimentación, manteníanse á distancia, rumiando un mendrugo seco.

Y por la noche, cuando regresaban á la gañancia para dormir, otro gazpacho caliente: pan guisado y pan seco, lo mismo que por la mañana. Al morir en el cortijo alguna res cuya carne no podía aprovecharse, era regalada á los braceros, y los cólicos de la intoxicación alteraban por la noche el amontoamiento humano [...].

Los hombres empezaban de pequeños el aprendizaje de la fatiga aplastante, del hambre engañada¹².

Essa radiografia, sem retoques, e relatada em tantas outras passagens literárias, credita maior verossimilhança à narrativa de um emigrante que a protagonizou, demonstrando que a fome não era apenas o enredo (ficcional?) de um romance de época. Ela continuava habitando, nas lembranças rememoradas, o cotidiano das pessoas que dela conseguiram escapar:

Lá na Espanha, meu pai contava que tinha gente que trabalhava hoje pr'a comer o pão amanhã; trabalhava, às vezes, a troco de um pão...; era muita pobreza [...]. Tinha gente que tava mais remediadinho, né?! Diz (o pai) que tinha dois vizinhos lá no pueblo, casou a filha de um, que estava mais remediado, e os outros, coitados, que não tinham jantado naquela noite, foram dormir sem janta – também não tinha com quê, né? -, e aquele que foi dormir sem janta tava devendo um dinheiro pr'o outro que tinha casado a filha, tinha uma terrinha, (diferente) do outro que trabalhava por dia, jornalero como fala espanhol, trabalhava o dia inteiro pr'a comer no outro dia. Então, diz que foram dormir sem janta, e então diz que bateram na porta, e ele pensou: tenho certeza que vieram trazer janta pr'a nós, de certo, que sobrou do casamento. Diz que foi até a porta, abriu e o outro disse: ó, vim ver se o senhor me arruma metade do que me deve!; Ele respondeu: ai, mi hombre, estamos sem janta, porque não tenho nem para comer. O outro disse: não tenho nada com isso, preciso do que está me devendo! . Meu pai via que na Espanha era muita pobreza!¹³.

Entre 1860 e 1920 a população *jornalera* havia aumentado em termos relativos, passando a 18% da população total; os níveis salariais, estipulados entre 1,40 e 1,80 pesetas por dia, apesar disto, apresentaram aumento em 417 dos 700 municípios, conforme um informe oficial de 1905, provavelmente resultante da ação sindical.

No entanto, a despeito das melhorias salariais, o custo de vida vinha sofrendo contínuas altas, e provocando desemprego. Bernal¹⁴ sustenta que a condição de vida dos *jornaleros* era bem pior que a dos pequenos proprietários, e que, portanto, aqueles teriam muito mais necessidade de emigrar. No entanto, como é de se

imaginar, a maioria deles sequer dispunha das condições mínimas para tal. Emigrar, assim, não era uma opção para todos. Mesmo contando com o subsídio da passagem, essa decisão envolvia uma série de providências e gastos do emigrante com sua família, aos quais nem todos podiam arcar.

Apesar disso, tudo indica que o fator preponderante que impulsionou a emigração reside naquilo que Sanchez-Albornoz ¹⁵ denominou crise de subsistência ou miséria institucionalizada, que se abateu sobre o campesinato andaluz de finais do século XIX, entendendo-se por isto a falta de trabalho continuada, os baixos salários e as condições desfavoráveis e díspares do sistema tributário com relação ao pequeno proprietário.

Outra das razões que impelia as famílias a deixarem para trás seu pequeno *pueblo*, vender seus poucos pertences ou deixá-los com algum parente ou amigo, consignados em troca de algum montante em dinheiro, pode ser identificada no medo de que seus filhos fossem convocados para as guerras, recurso utilizado pelo governo espanhol na tentativa de salvar suas últimas colônias ultramarinas - Porto Rico, Filipinas, e sobretudo Cuba, de maior interesse econômico.

Havia, ainda, a questão do Marrocos. Desde 1909, a Espanha havia implementado a sua ocupação militar, conforme acordo realizado com a França, fixando as respectivas zonas de protetorado. O principal objetivo era garantir a exploração das minas de ferro próximas a Melilla; choques com os marroquês, contudo, eram comuns, como o ocorrido em 1893, durante as obras de fortificação de Melilla, decorrentes da política desconcertante do Governo espanhol na África.

Assim, tanto as guerras coloniais na América, quanto a guerra do Marrocos, a mais longa (1909 a 1927), representaram uma motivação adicional para a emigração das famílias, que tentavam, assim, evitar que seus filhos fossem enviados para as frentes de batalha.

... a guerra em Cuba e em Melilla [Marrocos]. Todas as semanas partiam para a América e África centenas de moços, imberbes muitos deles. Nas docas do porto nas plataformas da estação podiam-se ver cenas dilaceradoras. A Guarda Civil tinha muitas vezes de abrir fogo contra as mães que tentavam impedir o transporte de tropas, retendo os braços nas amarras ou bloqueando a passagem das locomotivas. Daquelas centenas de milhares de jovens que partiam para a frente muito poucos haveriam de voltar, e ainda assim, mutilados ou gravemente doentes ¹⁶.

*... Diariamente chegavam, com efeito, barcos que traziam para a Espanha os sobreviventes das guerras de Cuba e das Filipinas. Haviam combatido durante anos nas selvas apodrecidas e embora fossem muito jovens já pareciam velhos. Quase todos voltavam doentes de febres tersãs. Seus familiares não queriam acolhê-los por medo do contágio e tampouco encontravam trabalho ou algum meio de subsistência. Eram tantos que até para pedir esmola tinham que fazer fila. As pessoas não lhes davam nem um centavo: vocês deixaram que pisoteassem a honra da pátria e ainda têm a desfaçatez de vir inspirar compaixão, diziam-lhes. Muitos se deixavam morrer de inanição pelas esquinas, já sem ânimo para nada*¹⁷.

Seu êxodo, portanto, provocado pela fome, pelo medo das convocações militares e pela descrença nos rumos do país, deu-se majoritariamente em famílias, requisito básico para que se lhes outorgasse o subsídio da passagem para a travessia, concedido pelo governo paulista.

Nas décadas de 1900-1920, a emigração andaluza adquiriu corpo e atuou de maneira uniforme por quase toda a região; estima-se que 10% de toda a população espanhola tenha emigrado entre 1901-11, e destes, 80% seriam camponeses, sobretudo das zonas tipicamente minifundiárias.

Que indicadores nos revelam tais dados?

Em primeiro lugar, cronologicamente, indicam o caráter de fenômeno tardio desta imigração quando comparado à italiana, por exemplo, constatação esta que reforça hipóteses decorrentes de investigações mais recentes quanto à sua especificidade. De acordo com elas, o contingente potencial à emigração constituiu-se majoritariamente de pequenos proprietários – e não de *jornaleros*, como poderia se supor –, tese esta que se sustenta na observação dos coeficientes de imigração da Andaluzia, que comprovam, no período imediatamente anterior ao das grandes emigrações, a ocorrência de um remanejamento a nível provincial, isto é, uma mobilidade populacional das zonas tipicamente minifundiárias para aquelas onde predominavam os latifúndios¹⁸.

De qualquer modo, é possível identificar, neste fluxo, os momentos mais relevantes: em primeiro lugar, e coincidindo com a praga da filoxera na Andaluzia Oriental, consta que as primeiras levas dirigiram-se para a Argentina, por volta do ano de 1870.

Já sob eixos de massividade, a primeira década do século XX, especialmente os anos de 1905/06, alcançou um volume de entradas até então inédito para o Brasil, que se suplantaria na década seguinte, pelo montante dos fluxos contabilizados para os anos de 1912/13. Esses seriam os dois principais marcos cronológicos da entrada de imigrantes espanhóis no Estado de S. Paulo.

Por que para o Brasil, ou melhor, por que para São Paulo?

O Brasil jamais representou o destino preferencial do imigrante espanhol. A ele conviria, até por questões de idioma, dirigir-se a Argentina ou ao Uruguai, países que, tal como o Brasil nesse período, procuravam atrair mão-de-obra européia.

No entanto, o Brasil acenava com uma facilidade que não era ofertada pelos outros países – o subsídio –, o qual também podia ser utilizado, como consta ter ocorrido, para finalmente se atingir o destino desejado. Informes da Secretaria da Agricultura dão conta de que muitos espanhóis se utilizavam do subsídio para, uma vez em S.Paulo, e alegando terem sido enganados quanto ao destino, solicitarem uma passagem para o Rio Grande do Sul. Tal procedimento, de tão freqüente, alertou os funcionários de que, na verdade, eles estavam tentando, por essa via, apenas atingir os países do Prata, Argentina e Uruguai.

O ciclo do café representou um marco na economia brasileira. De reconhecida importância, sob vários aspectos. Na Província de São Paulo, ele foi o responsável, por exemplo, por mais da metade dos ingressos provinciais até 1930.

Era preciso, no entanto, irrigar constantemente sua cultura intensiva com mão-de-obra farta. Esse foi o principal foco da política imigratória brasileira desse período: suprir as fazendas que rasgavam o interior da Província com imigrantes constituídos em famílias, o que, conforme sua ótica, evitaria que se deslocassem com mais freqüência.

Nossos fazendeiros, eram, igualmente, os próprios governantes, neste período, e, como tal, nesta conjugação de interesses, utilizavam-se da máquina estatal para uma agressiva política imigratória “oficial” de arregimentação em larga escala, cuja oferta crescente, lhes garantiria maior barganha nos contratos.

Até a última década (do século passado) os grandes fazendeiros foram os dirigentes de São Paulo. O interesse coletivo confundia-se com os interesses de classe. Os problemas de mão-de-obra, de povoamento, das vias de comunicação foram considerados e tratados acima de tudo em função dos interesses dos fazendeiros ¹⁹.

Assentando-se sobre alguns pilares, sendo o principal deles o subsídio à passagem do candidato à emigração, esta política ainda previa outras facilidades ao imigrante subsidiado: o desembarque à sua chegada e o transporte à Hospedaria às custas do Estado; sustento e alojamento na hospedaria durante os oito primeiros dias após a chegada; colocação por intermédio da Agência Oficial ²⁰ e transporte da Hospedaria até a estação de trem mais próxima à fazenda (Lei 673, de 09.09.1899).

[Esta] opção significou o emprego de enormes verbas, canalizadas através do Estado, para a importação de braços, transformados em mão-de-obra barata para a acumulação do capital cafeeiro. Entre 1881 e 1917, os gastos com imigração feitos pelo Tesouro Nacional somaram 137 219 379\$465. Esta cifra refere-se a verbas despendidas em todas as unidades do País, da qual, como se sabe, São Paulo recebeu grande parcela. Ademais, é preciso acrescentar os gastos provenientes do governo de São Paulo, que, no mesmo período, somaram cerca de 92 000 000\$000 ²¹.

Estatísticas dão conta da adequada "performance" do Poder Público no programa de imigração subvencionada, em sua tarefa de abastecer as lavouras cafeeiras paulistas de um contingente de força de trabalho sempre superior à demanda, durante vários anos. Estimativas feitas por Holloway apontam que, no período 1894-1914, o volume de imigrantes que afluíram para as áreas do café era praticamente o dobro do que seria necessário para o trabalho naquelas, equivalendo esse excedente a cerca de 300.000 pessoas. Também Hall, baseando-se em dados de produção e de produtividade do trabalho, com referência ao período 1910-1914, estima que cerca de 300.000 trabalhadores seriam necessários para cuidar e colher o café já plantado, sendo que, até esse período, já haviam entrado cerca de 750.000, a maioria dos quais destinados às áreas cafeeiras de S.Paulo ²².

Os fazendeiros possuíam, além do mais, muitos aliados nesta empreitada. Na Espanha, os *ganchos* como eram denominados os agentes contratados pelas companhias de navegação ou pelos próprios governos dos países receptores, percorriam os *pueblos* tentando persuadir os camponeses das vantagens da emigração, facilitando-lhes os trâmites para a obtenção da documentação, que, em todo caso, também podiam falsificar.

Muitos encareciam os preços das passagens e outros ainda ofereciam empréstimos com juros elevados, pelos quais sugeriam a hipoteca de algum bem a seu favor. Atuavam como ganchos desde funcionários das prefeituras locais, farmacêuticos, comerciantes e até párocos, ou qualquer indivíduo que fosse bem relacionado. Muitos eram proprietários das pensões próximas aos portos de embarque, que exploravam aqueles que, chegados dos *pueblos*, aguardavam a data de saída do navio. Consta que receberiam de 5 a 10 libras por cada candidato que convenciam e que enviavam para o porto de embarque. Com atuação agressiva, vendiam ao candidato uma imagem de país que ele jamais encontraria – que, aliás, eles próprios desconheciam -, e a ilusão do enriquecimento e da possibilidade de fácil acesso à propriedade agrária.

*Ganhar dinheiro! Viemos naquela fé que Brasil era só juntar dinheiro, né? Mas todo mundo veio enganado, chegavam aí, chegavam nas fazendas que não tinha nem estrangeiro, era aquela brasileirada, negros, né?!...; uma comida tudo diferente, arroz, feijão, mandioca, essa coisarada que lá não tem; lá tem também, mas não diário que nem aqui. E serviço... tudo diferente: carpir café com enxada, apanhar café, abanar café... ; e a pessoa sofre, né?*²³.

O quadro abaixo fornece a exata dimensão do volume de mão-de-obra que ingressou em nosso Estado nos anos de 1885-1929, tendo como destino prioritário as fazendas de café de seu interior. Interessante notar as três principais correntes – italianos, espanhóis e portugueses –, e, particularmente, como os italianos sucederam cronologicamente aos espanhóis, credenciando a hipótese que relaciona a falta de oportunidades reclamada por estes ao caráter tardio de seu ingresso (vide Quadro I),

QUADRO I

**DISCRIMINAÇÃO POR QÜINQUÊNIOS, DAS PRINCIPAIS
NACIONALIDADES ENTRADAS NO ESTADO
ANOS 1885-1929**

PERÍODO	TOTAL	ITALIANOS	PORTUGUESES	ESPAÑHÓIS	JAPONESSES	DIVERSOS
1885-1889	167.664	137.367	18.486	4.843	---	6.968
1890-1894	319.732	210.910	30.752	42.316	---	20.899
1895-1899	415.253	219.333	28.259	44.678	---	11.305
1900-1904	171.295	111.039	18.530	18.842	--	11.191
1905-1909	196.539	63.595	38.567	69.682	825	23.870
1910-1914	362.898	88.692	111.491	108.154	14.465	40.096
1915-1919	83.684	17.142	21.191	27.172	12.649	5.530
1920-1924	197.312	45.306	48.200	36.502	6.591	60.713
1925-1929	289.941	29.472	65.166	27.312	50.573	17.418

Fonte: Hospedaria dos Imigrantes. Imigrantes estrangeiros entrados no Estado de S.Paulo - Período 1885/1961. Discriminação por quinquênios, das principais nacionalidades entradas no Estado, em três quartos de século de existência da Hospedaria "Visconde de Parnaíba". S.Paulo, 1978, s/nº.

Fazer a América!

E nessa ilusão vieram levas e mais levas de imigrantes oriundos da Espanha. Até 1930, 75% do total ingressado destinava-se à Província de São Paulo, e, de conformidade com o Recenseamento Nacional de 1920, oito a cada dez espanhóis residia nas zonas cafeeiras de seu interior. Seu montante percentual diante das demais correntes, no período, é objeto do Quadro II, abaixo:

QUADRO II

**IMIGRANTES ESPAÑHÓIS ENTRADOS NO ESTADO DE S.PAULO E A
PORCENTAGEM SOBRE AS OUTRAS PROCEDÊNCIAS
1885-1929**

PERÍODO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM SOBRE AS OUTRAS PROCEDÊNCIAS ²⁴
1885-1889	4.834	2,88%
1890-1894	42.316	13,23%
1895-1899	44.678	10,76%
1900-1904	18.842	10,99%
1905-1909	69.682	35,45%
1910-1914	108.154	29,80%
1915-1919	27.172	32,47%
1920-1924	36.502	18,50%
1925-1929	27.312	9,42%
TOTAL	379.492	

Fonte: Relatórios da Secretaria da Agricultura. Imigrantes estrangeiros entrados no Estado de S.Paulo - Período 1885/1961.

Nos livros de Registros Cartoriais que consultamos, pertencentes à comunidade de Villa Novaes, localizada no oeste cafeeiro de São Paulo – que se constituía basicamente por elementos de origem espanhola e seus descendentes –, essas listas foram-nos revelando o aparecimento progressivo de muitos Martins em lugar de *Martinez*; Gonçalves, em lugar de *González*; Alves, em lugar de *Alvarez*; Domingos, no lugar de *Dominguez*; Branco, no lugar de *Blanco*; Ximenes, no lugar de *Gimenez*, Romão, no lugar de *Ramón*, entre outros tantos que lá se fixaram.

Esses personagens, de reconhecida importância numérica, foram os protagonistas de um dos capítulos mais expressivos de nossa História, a despeito do lapso historiográfico a que têm sido relegados. A imigração espanhola de contornos maciços é tema recente em nossa historiografia, inaugurada com nossa Monografia de Mestrado ²⁵. Lamentavelmente, o diagnóstico de invisibilidade parece dominar, igualmente, a outra ponta do mesmo fenômeno, se levarmos em conta o pronunciamento oficial com cuja citação iniciamos esse desprezioso ensaio.

Notas:

¹ Pronunciamento do *Ministro de Trabajo y Seguridad Social*, Sr. Luíz Martínez Noval, na Apresentação da Edição Comemorativa dos 500 anos do descobrimento da América. In: *Historia General de la emigración española a Iberoamérica, 1492-1992*, Madrid: CEDEAL - Fundación Centro Español de Estudios de America Latina, 1992, p. XIII.

² Denominação atribuída ao período compreendido entre o fim das guerras napoleônicas até a depressão mundial de 1930, ocasião em que 60 milhões de europeus (e 10 milhões de asiáticos) cruzaram o oceano em direção a outros continentes. Deste total, 71% teria se dirigido para os Estados Unidos, 21% para a América Latina, e apenas 7% para a Austrália. Desses 21% ou 11 milhões de pessoas que se dirigiram a América Latina neste período, 38% eram italianos, 28% espanhóis e 11% portugueses, para citar as correntes majoritárias. Focalizando especificamente o espanhol, tem-se uma cifra aproximada a 3 milhões de pessoas. Cf. MÖRNER, Magnus. *Aventureros y proletarios. Los emigrantes en Hispanoamerica*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p.76.

³ José ORTEGA Y GASSET, um dos mais notáveis escritores espanhóis contemporâneos, assim se referia a Espanha deste período, num claro reconhecimento do desmembramento, da desconexão, dos descompassos e da desigualdade social do período. In: *España Invertebrada: bosquejo de algunos pensamientos históricos*. Madrid: Calpe, 2ª ed., 1922; sobretudo pp. 177-178.

⁴ A denominada “desamortização eclesiástica” (na verdade levada a efeito em sucessivas etapas) consistiu em desapropriações, por parte do Governo Central, das propriedades territoriais pertencentes a determinadas ordens religiosas, igrejas e monastérios, às quais, pelo direito civil e canônico eram perpétuas, ou seja, os bens podiam ser incorporados aos organismos eclesiásticos, mas não podiam deles ser desvinculados, quer por contrato ou qualquer outro título, oneroso ou lucrativo.

⁵ Denominava-se *manos muertas* os proprietários de imóveis e bens de raiz inalienáveis. Já no século XVIII delineou-se na Espanha o problema das *manos muertas* que se encontra em estreita relação com o da desamortização eclesiástica [...]; daí, a denominação ter sido estendida na Idade Moderna e na época contemporânea aos proprietários cuja *hacienda* (herdade, fazenda) imóvel constituía uma dotação permanente, como era o caso dos bens territoriais da Igreja e dos *mayorazgos*. Cf: *Diccionario de Historia de España*. Tomo II (I-Z y apéndices). Madrid: Revista de Occidente, 1952, p. 351. Tradução nossa.

⁶ Terras pertencentes aos municípios antes das desamortizações e às quais historicamente, os camponeses tinham acesso através do sistema de campos abertos (Antigo Regime), onde tinham liberdade de buscar o melhor aproveitamento (caça, pesca, lenha, coleta de frutos, etc..).

⁷ MOLINA NAVARRO, Manuel González de. “Siete problemas en la interpretación tradicional sobre el movimiento campesino andaluz”. In: *Historia y fuente oral*. Barcelona, Universitat de Barcelona, nº 8, 1992, pp.44/5.

Dehesas: pastagens, campos cultivados.

Vecinal: municipal.

⁸ MOLINA NAVARRO, M. *Op. cit.*, pp. 28/9.

Parcela de propios: espaços de uso comum.

Prédio: Fazenda, quinta, herdade.

Piara: Manada

⁹ Filoxera é o nome do inseto que atacou as videiras andaluzas, a partir de 1878-80, proveniente da França; tal denominação se estendeu também ao fenômeno.

¹⁰ *El valor semántico que los censos dan al término “jornalero” no se refiere únicamente a las formas de percepción del salario, sino que refleja a la perfección el problema de la inestabilidad del empleo [...] . De ahí que los censos incluyan en la categoría de jornaleros en las ciudades a todos aquellos trabajadores sin conocimiento expreso de un oficio, cuyo quehacer cotidiano se mueve a lo largo de un año en ámbitos muy diferentes: peón de albañil, mozo de cuerda, recadero, mendigo involuntario ..., una situación que afecta sobre todo a los campesinos que llegan a la ciudad y que encuentran difícil acomodo en los mercados de trabajo urbanos.* In: BAHAMONDE, A. y MARTINEZ, J. *Historia de España, siglo XIX*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994, p. 467/7.

¹¹ BLASCO IBAÑEZ, Vicente. *La bodega* (novela). Valencia, Prometeo, 1919, pp. 104/6 (escrita originalmente em 1904).

¹² *Garbanzo:* Grão-de-bico
Cazuela: Guisado feito em caçarola
Lebrillo: Terrina
Zagales: Jovens, moços
Mendruco: Pedaco de pão duro

¹³ Fragmento do depoimento de D. Teodora Dias, 75 anos, prestado a autora no ano de 1980. Seu pai, extremenho de Cáceres, chegara ao Brasil em 1905 (ano em que ela nasceria), dirigindo-se para Bebedouro, como colono em uma fazenda de café. Outros depoimentos de emigrantes espanhóis, ver em: CANOVAS, Marília. “Os espanhóis de Villa Novaes e suas narrativas”. In: *Travessia: Revista do Migrante*. São Paulo: Gráfica e Editora Peres Ltda., Ano XVII, nº 49, Maio-Agosto/2004, pp. 31/39.

¹⁴ BERNAL, Antonio M. “La emigración de Andalucía”. In: SANCHEZ ALBORNOZ, N (comp.). *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p.156

¹⁵ SÁNCHEZ ALBORNÓZ, N. *España hace un siglo: una economía dual*. Barcelona: Península, 1968 e *Los precios agrícolas durante la segunda mitad del siglo XIX*. Madrid: Banco de España, 1975. Apud: Bernal, A.M. *Op. cit.*, 1992, p. 154.

¹⁶ MENDOZA, E. *A cidade dos prodígios*. S.Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 156.

¹⁷ MENDOZA, E. *Op. cit.*, p. 187.

¹⁸ Em seu trabalho *Despoblación y repoblación de España* (Madrid: 1929), M. FUENTES (citado por Bernal, pp. 150 e ss.) apresenta diversos quadros estatísticos dos movimentos populacionais internos da Andaluzia, através dos quais tenta comprovar a tese do deslocamento havido das zonas de minifúndio para as de latifúndio (sobretudo para Jaén, Córdoba, Sevilha, Cádiz e Huelva) observado na fase anterior a das emigrações em massa.

¹⁹ MONBEIG, Pierre. *Le pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris: 1952, pp.123-4. Apud: MERTZIG, Lia R.L. *As dificuldades de adaptação do imigrante no Estado de São Paulo. Repatriação e reemigração, 1889-1920*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 1977, p. 47.

²⁰ A partir da primeira década do século criaram-se alguns organismos com a finalidade de assistir o imigrante e proteger o trabalhador rural. Aparece, assim, em 1906, a Organização de Colocação e Trabalho (mais tarde Agência Oficial de Colocação), anexa à Hospedaria, que deveria disciplinar o mercado de trabalho e os contratos que eram executados. É de 1907 a criação da Inspeção da Imigração do Porto de Santos, para recepcionar os imigrantes e de 1911 o Patronato Agrícola que tinha como finalidade “*tornar efetivas as leis decretadas pela União Federal e pelo Estado de S.Paulo em favor do imigrante e outros operários agrícolas*”. O Patronato deveria oferecer assistência jurídica gratuita aos colonos a fim de conseguirem o cumprimento dos contratos de trabalho; deveria, ainda, levar às autoridades competentes as queixas dos imigrantes a respeito de atentados contra sua honra, vida e bens. Em 1911, as tentativas de institucionalizar os serviços de imigração e de trabalho culminaram com a criação

do DET – Departamento Estadual do Trabalho, que englobava a Inspetoria de Imigração no porto de Santos, a Hospedaria dos Imigrantes e a Agência Oficial de Colocação. Cf. PETRONE, Maria Theresa S. “Imigração”. In: *Historia Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, 2º vol., tomo III. Org. por Sérgio B.Hollanda. São Paulo: Difel, 1978, pp. 113/4.

²¹ BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO. São Paulo, ano VII; números 34 e 35, 1919, pp. 340, 342 e 343. Apud: KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 100.

²² SPINDEL, Cheywa R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 94.

²³ Fragmento de depoimento do Sr. Hildefonso Blasque Sanchez, 84 anos, consignada à autora em 1980, em Vila Novaes, localidade próximo a Catanduva. Seu Hildefonso chegara ao Brasil, em 1905, aos nove anos de idade, procedente de Cáceres, na Extremadura, acompanhando sua família.

²⁴ Consideramos aqui somente aquelas de maior importância para o período, como os italianos e os portugueses, até 1905-1909, e, a partir de 1910-1914, também os japoneses.

²⁵ *A Emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1880-1930*. São Paulo: FFLCH-USP, 2001.